

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DO DIREITO AO ACESSO À ÁGUA: A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS SEGUNDA ÁGUA E ÁGUA PARA A PRODUÇÃO EM COMUNIDADES RURAIS DE TRIUNFO/PE E FLORES/PE**

ALMEIDA, Magno Robério Gonçalves; TORRES, Avani Terezinha Gonçalves; SANTOS, Roseane Moraes; BERTINO, Raimundo Daldenberg Pereira; SOUZA JUNIOR, Mario Cleone de.

*(Pós-graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, magnor-goncalves@hotmail.com; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal Rural de Pernambuco, avanitorres@yahoo.com.br; Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, roseany\_moraes@hotmail.com; Graduando de Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, radyberg@hotmail.com; Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – UFRB, Universidade Federal do Vale do São Francisco, mario.cleone@univasf.edu.br)*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo mensurar os benefícios conferidos às famílias agricultoras que tem acesso à água para produção agrícola e criação animal, sobretudo em comunidades rurais do município de Triunfo/PE e na comunidade rural de Brejinho, município de Flores/PE. Se constituindo enquanto direito humano essencial para consecução dos demais direitos, o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente precisa ser disponibilizado e fortalecido por meio de programas que compõem as políticas públicas do Estado ou que fazem parte da agenda das parcerias que junto a ele podem atuar na construção e execução de serviços públicos fundamentais ao desenvolvimento social e humano das populações. Diante do contexto do Semiárido Brasileiro de contradições advindas das concentrações de água e terra resguardadas sob mãos de uma pequena parcela da população local, que baseada numa política de combate à seca “alimenta” a indústria da seca, a execução dos trabalhos das ONGs e da rede Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) surgem como possibilidades de autonomia das famílias através do acesso a tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, identificando-os como atores fundamentais na construção de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Acesso à água. Convivência com o Semiárido

### **1. Introdução**

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu em 2010 o acesso à água de qualidade e o saneamento como direitos humanos essenciais para o usufruto de uma vida plena, juntamente com a garantia dos demais direitos humanos. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Brasil, no mundo são quase 750 milhões de pessoas que são privadas desse direito.

Trazendo essa análise de acesso à água para a realidade do Nordeste brasileiro, em que boa parte da região se situa num clima semiárido, a discussão sobre políticas voltadas para a segurança hídrica torna-se necessária à medida que há o reconhecimento de uma desigualdade econômica e social marcadamente histórica em relação a outras regiões do país. Além dos períodos de longa estiagem, característicos da região semiárida brasileira, essa desigualdade tem sua forma reproduzida internamente, onde essa desigualdade perpassava principalmente pelo fato de que a grande maioria da população não tinha acesso à terra e o acesso à água de qualidade e em quantidade para sua subsistência e produção familiar agrícola.

Onde o Estado esteve por décadas ausente em políticas públicas no Nordeste, foram surgindo Organizações Não Governamentais (ONGs) que supriram, geralmente por recursos de Agências de Cooperação Internacional, as demandas locais para o desenvolvimento social da região. Dessa forma, conseqüentes de parcerias com o Governo Federal ao longo dos últimos 12 anos, um dos exemplos da garantia dessa segurança hídrica através da execução das ONGs, pelo financiamento estatal, é o Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2, executado pelas organizações que compõem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma articulação em rede que congrega mais de 3 mil organizações da sociedade civil (sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip) da região semiárida do Brasil. A ASA busca fortalecer a sociedade civil na mobilização em defesa de um projeto político de convivência com o semiárido (ASA/ 2016). O P1+2, programa de captação da água da chuva, propicia as famílias beneficiárias que sua produção de alimentos seja possível, dado a segurança hídrica, e permitindo a construção de sua autonomia através da convivência com o semiárido.

Já o programa Pernambuco Mais Produtivo é uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, lançado através da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) e ProRural com o apoio da ASA, para implementação de tecnologias de captação e armazenagem de água da chuva, contribuindo para melhorar a capacidade produtiva das famílias beneficiadas com o programa, também conhecido como “água para produção”.

Diante disso, a pesquisa foi guiada pelo seguinte questionamento: Quais são os benefícios que as famílias agricultoras podem obter através do acesso à água para produção advindo dos programas executados pela ASA e com seu apoio? Acreditando que aponte evidências na melhoria da qualidade de vida das pessoas do campo pelo seu acesso. Esse trabalho objetiva identificar os benefícios que as famílias obtiveram, especificamente em comunidades rurais no município de Triunfo pelo acesso à água para produção em comparação à ausência de acesso na comunidade de Brejinho no município de Flores – já que a comunidade não foi beneficiada com cisternas para produção – ambos no estado de

Pernambuco. A escolha dessa temática reside na importância que se constitui como uma Política Pública na garantia do direito humano ao acesso à água potável de qualidade para o consumo e para produção, especificamente.

## 2. Metodologia

Esse artigo foi elaborado tomando por base a monografia de conclusão da Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) modalidade em Educação à Distância, escrito por Almeida (2016) sob orientação de Souza Júnior, contando com a participação dos coautores nas informações, planejamento e instrumentos utilizados. Dessa forma, o presente trabalho foi adaptado para o formato de artigo.

A princípio foi realizada uma pesquisa para levantamento bibliográfico na busca de dados que subsidiassem informações acerca do tema proposto. Foram encontradas informações em sites de busca (ASA Brasil, ONU Brasil), artigos informativos, artigos científicos e cartilhas disponibilizadas em meio eletrônico referentes ao acesso à água, ao Programa Uma Terra e Duas Águas e ao Pernambuco Mais Produtivo.

Contando com a colaboração e contribuição de técnicos e técnicas de campo do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá<sup>1</sup>, da ADESSU Baixa Verde<sup>2</sup> e do CECOR<sup>3</sup> – organizações não governamentais que atuam no Sertão do Pajeú/Pernambuco – foi realizado o contato com algumas famílias agricultoras assessoradas e através das informações repassadas foi feita uma pesquisa de campo para a aplicação de questionários na comunidade rural de Brejinho, no município de Flores/PE e nas comunidades rurais de Souto, Oiticica, Carnaubinha e Carro Quebrado, no município de Triunfo/PE. O objetivo desse contato e obtenção de informações era para a realização de visita, para o conhecimento da realidade das comunidades e a aplicação de questionários.

O questionário utilizado foi o instrumento de coleta de dados elaborado por Santos (2010), sob orientação de Torres, em sua pesquisa de conclusão de graduação, mediante sua autorização, mas sendo feitas as devidas adaptações, adequando-o ao objetivo deste. Em seu

---

1 O Centro Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais (CENTRO SABIÁ/2016).

2 A Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu) é uma associação que trabalha com a produção dentro dos princípios da agroecologia, é formada por agricultores e agricultoras agroecológicos/as no processo de beneficiamento e comercialização da produção e incentivam a organização da juventude rural e dos/as agricultores/as.

3 O Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor) é uma Organização Não Governamental e sua atuação baseia-se em três eixos: Convivência com o Semiárido, Acesso a Mercado, e Juventude Rural e Gênero

trabalho de conclusão de graduação, Santos (2010) pesquisou as transformações no meio rural de comunidades de Triunfo/PE, incluindo as comunidades de Souto, Carnaubinha, Oiticica e Carro Quebrado – também pesquisadas nesse trabalho – indicando novas ruralidades a partir da busca da permanência no campo com influências da dinâmica do espaço urbano.

Por se tratar de uma pesquisa inicial, foi adotado o método comparativo, pois segundo Gil (2008, p. 16) procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. As famílias agricultoras foram entrevistadas e aplicados questionários estruturados para a coleta de dados, e para compreender a realidade que as comunidades estão inseridas, principalmente a respeito do acesso à água e sua produção nas propriedades rurais, adotando o critério de divisão das 18 famílias entrevistadas a partir de dois grupos de análise, para que fosse possível compará-las. O primeiro grupo era composto por nove famílias da comunidade de Brejinho, de Flores/PE, e o segundo grupo por famílias das comunidades Triunfo/PE, sendo três em Oiticica, três em Carro Quebrado, duas em Carnaubinha e uma em Souto, totalizando nove famílias nesse município.

O motivo da divisão das famílias em dois grupos fica evidenciado pelo objetivo de verificar qualitativamente o acesso à água e a produção das famílias da comunidade de Brejinho, que não tem acesso ao P1+2, e das famílias das comunidades de Triunfo acima citadas, que têm o acesso ao P1+2 e ao Pernambuco Mais Produtivo. A organização das informações ocorreu através da tabulação dos dados e sua inserção na elaboração de gráficos e tabelas para facilitar a visualização dos resultados obtidos.

## **2. Resultados e Discussão**

### **2.1 Caracterização das comunidades rurais**

A comunidade rural de Brejinho, faz parte município de Flores, na microrregião do Sertão do Pajeú. A estrada é de difícil acesso, o que dificulta bastante o deslocamento das famílias da comunidade até Flores, e principalmente o acesso dos estudantes do ensino fundamental e médio para as escolas. Dificulta também que caminhões pipa, cadastrados pelo Exército Brasileiro para esse serviço, abasteçam a comunidade, o que gera muita insatisfação por parte das famílias que lá residem. Em consulta a comunidade durante a visita foi verificado que a comunidade carece de assistência de serviços públicos pelo governo municipal.

A grande maioria das famílias de Brejinho teve acesso ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), porém, as famílias não tiveram acesso ao P1+2 ou ao Pernambuco Mais Produtivo. Há 14 anos, contam com uma barragem comunitária, e sua água é utilizada para o abastecimento das casas, para consumo animal e para a produção da agricultura.

As famílias de Brejinho, atualmente são assessoradas pelo Centro Sabiá desde de 2015, através Projeto de Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecologia, executado pela organização e financiado com recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo Federal. No projeto o assessoramento ocorre baseado em práticas agroecológicas, através de atividades individuais e coletivas de construção de conhecimento.

Sobre as comunidades rurais de Souto, Oiticica, Carnaubinha e Carro Quebrado, fazem parte do município de Triunfo, estado de Pernambuco e também na microrregião do Sertão do Pajeú. As quatro comunidades triunfenses possuem características semelhantes entre si e há condições de fácil acesso por meio de suas estradas. Todas as famílias dessa localidade que foram entrevistadas tiveram acesso aos dois programas pela ASA, o P1MC e o P1+2 e ao Pernambuco Mais Produtivo, do governo do estado. As famílias da comunidade, principalmente as entrevistadas também são assessoradas pelo Centro Sabiá pelo projeto de ATER Agroecologia e participam das atividades acima mencionadas. Além das duas tecnologias de captação de água da chuva, as comunidades de Triunfo/PE contam com o acesso a águas de poços, perfurados através de obras do governo municipal.

## **2.2 Resultados Alcançados**

Nas entrevistas realizadas foram questionados o perfil do agricultor ou agricultora, sobre a produção e o acesso à água, no primeiro aspecto a ser pesquisado convencionou-se por analisar todos os questionários em conjunto e nos dois últimos foi feita a análise separada por grupo.

Começando pelo perfil da família da pessoa entrevistada foi possível notar, pela média, que a idade dos agricultores e das agricultoras que participaram da pesquisa ser de 49,83 anos, ou seja, de aproximadamente 50 anos de idade.

Acerca da produção das famílias, analisada entre o grupo 1 e o grupo 2, a predominante é a agricultura para todas as famílias dos dois grupos e como produção complementar tem a pecuária de corte para 8 das 9 do grupo 1 e 5 entre as 9 do grupo 2, seguida pela pecuária leiteira, pecuária para a venda e a apicultura, representando uma família para cada atividade. A destinação do produto é totalmente voltada para o consumo das famílias do grupo 1 e no grupo 2, além do consumo ser atendido com os alimentos produzidos as famílias comercializam nas feiras livres de Triunfo e de Flores, na Feira Agroecológica de Serra Talhada (FAST) e através da venda direta. Duas famílias do grupo 2 já acessaram ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras duas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .

Analisando as tabelas 1 e 2, observa-se a diferença de alimentos produzidos entre os grupos. A primeira coluna das tabelas corresponde às nove famílias, dispostas cada uma numa linha e os alimentos nas demais colunas. Os campos marcados com “X” corresponde aos alimentos menos produzidos e com “XX” corresponde aos alimentos mais produzidos pelas famílias, já os campos sem marcação representam que a respectiva família não produz o alimento referenciado a partir das colunas.

A quantidade é maior e bem mais diversificada no grupo 2 que tem acesso à água para produção do que o grupo 1 que produz somente feijão, milho e guandu (este último incluso em “outros”) e não tem acesso a essa tecnologia social, corroborando com a ideia de que através da segunda água é possível as famílias diversificarem e aumentarem a sua produção, com isso garantindo sua segurança e soberania alimentar e possibilitando a comercialização de seu excedente. A diversificação se evidencia pela produção de leite, carne, ovos, frango, milho, feijão, fruta, hortaliça, verdura e polpa, além da produção de guandu, macaxeira, cana de açúcar, coco, água de coco (beneficiamento do coco), batata, abóbora, pimenta, inhame, fava e mel, que estão inclusos quando considerados no item “outros”, de maneira distribuída entre as nove famílias.

Tabela 1 - Alimentos Produzidos pelo Grupo 1:

Alimentos Produzidos: Grupo 1											
	Leite	Carne	Frango	Ovos	Milho	Feijão	Frutas	Hortaliças	Verduras	Polpa	Outros
1					X	X					X
2					X	XX					XX
3					X	X					
4					X	XX					
5					XX	X					
6					X	XX					X
7					X	X					XX
8					X	XX					
9					X	X					XX

\* X - Corresponde aos alimentos menos produzidos

\*\* XX - Corresponde aos alimentos mais produzidos

Fonte: Almeida, 2016.

Tabela 2 – Alimentos Produzidos pelo Grupo 2:

Alimentos Produzidos: Grupo 2											
	Leite	Carne	Frango	Ovos	Milho	Feijão	Frutas	Hortaliças	Verduras	Polpa	Outros
1			X	X	X	X	XX	X		XX	XX
2	XX	X	X	XX	X	X	X	X	X	X	X
3					X	X	X	XX	X		
4							XX	X			X
5						X	XX			XX	XX
6		X	XX	XX			X		X		X
7		X	X	X	X	X	X			XX	X
8					XX	X	XX	X	XX		XX
9	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X

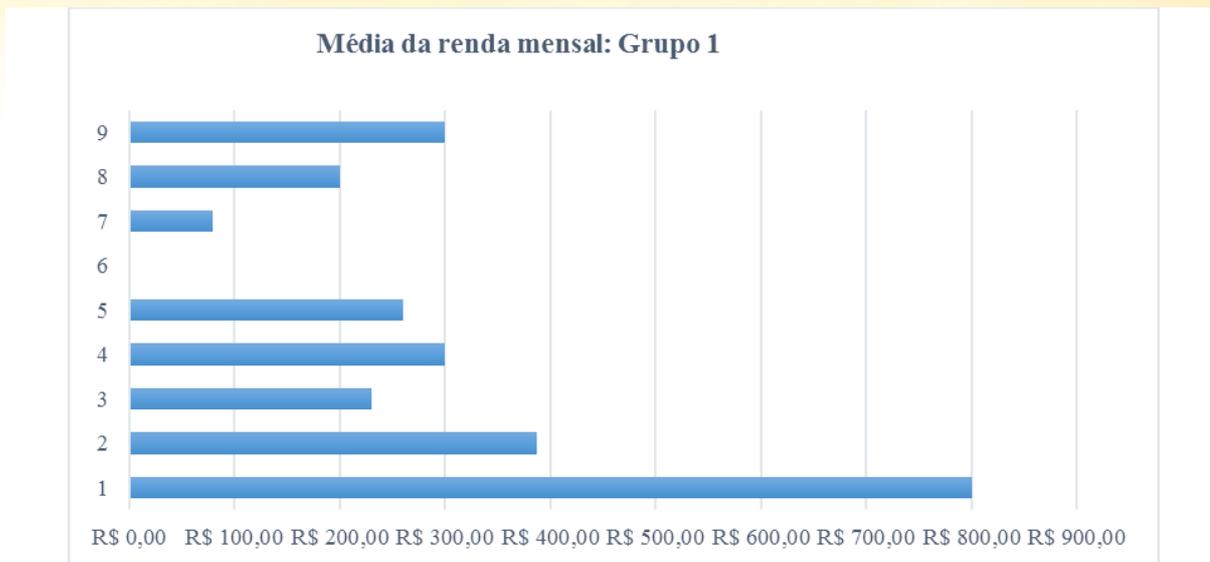
\* X - Corresponde aos alimentos menos produzidos

\*\* XX - Corresponde aos alimentos mais produzidos

Fonte: Almeida, 2016.

A média da renda por mês apareceu também com diferenças nos ganhos advindos com o trabalho na agricultura, criação animal e outros rendimentos entre os dois grupos. Nos Gráficos 1 e 2 as famílias estão dispostas de 1 a 9 na vertical e relacionadas com os ganhos em reais que cada uma obteve, sendo de zero a R\$ 900,00 para o grupo 1 e de zero a R\$ 3.000 para o grupo 2, dada a diferença de renda entre as famílias dos dois grupos. O grupo 1 aparece com a maioria das famílias apresentando uma renda entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00, com apenas duas famílias com rendas superiores a essas, e uma família optou por não responder ao questionário, de acordo com o Gráfico 1. O segundo grupo apresentou, exceto por duas famílias que optaram por não responder esse item e a uma família que obteve um ganho menor, que das 9 famílias em 6 a renda percebida é superior a R\$ 500,00, de acordo com o Gráfico 2, podendo corroborar com a hipótese de que as famílias que têm acesso à água para produção conseguem ter rendimentos maiores, o que confere uma autonomia econômica maior em relação as famílias do primeiro grupo. Compõem também esses rendimentos médios mensais valores recebidos do Programa Bolsa Família ou valores de aposentadoria.

Gráfico 1 - Média da Renda Mensal do Grupo 1:



Fonte: Almeida, 2016.

Gráfico 2 – Média da Renda Mensal do Grupo 2:



Fonte: Almeida, 2016.

Ainda sobre a produção, 13 das 18 famílias classificaram a agricultura como “boa” e 5 classificaram como “regular”. Sobre os problemas enfrentados 16 famílias consideram a seca ou o período de estiagem prolongada como a dificuldade enfrentada, acrescido de opiniões de agricultores e agricultoras que pontuaram como dificuldades a baixa valorização do preço dos alimentos produzidos pela agricultura familiar em comparação a valorização do preço dos alimentos ofertados pelos grandes produtores havendo uma desvantagem para as pequenas produções, e a ocorrência de corrupção em alguns governos.

Passando para a análise do acesso à água foi possível conferir informações de que as famílias do primeiro grupo, famílias da comunidade de Brejinho, não tiveram acesso ao P1+2 ou ao Pernambuco Mais Produtivo, contando atualmente com a cisterna de placas de 16 mil

litros para o consumo doméstico e alimentação, que tiveram acesso através do P1MC da ASA. As famílias do segundo grupo tiveram acesso às duas cisternas, tanto do P1MC quanto a de produção, com o acesso de 5 famílias através do P1+2 da ASA e 4 famílias pelo Pernambuco Mais Produtivo do governo estadual, executado com a parceria da ASA.

Quando questionados se têm acesso a outras fontes de água as famílias de Brejinho informaram que há uma barragem (pequena barragem) comunitária que atende às famílias para o consumo animal. Das famílias do segundo grupo os poços, o poço amazonas, a cacimba e a retirada de água de nascente surgiram como fontes para o acesso, além das duas tecnologias de captação de água que possuem. Ligando esse ponto, sobre o acesso a outras fontes, foram questionadas também como classificam as dificuldades do acesso à água, sendo que das famílias do primeiro grupo, 5 pontuaram que não têm dificuldades e 4 que têm sim dificuldades, e do segundo grupo todas classificaram que não têm dificuldades para o acesso, em virtude das cisternas que foram beneficiadas. Por último, quando questionadas se segunda água tinha possibilitado às famílias do grupo 2 o aumento e a diversificação da produção todas as famílias responderam positivamente.

A maior produção, diversificação e o conseqüente maior ganho financeiro ocorre também pela repercussão de um trabalho de assessoria técnica que algumas famílias do grupo 2 tem a mais tempo do que as famílias do grupo 1. Isso corrobora que, além dos benefícios advindos do programa P1+2 as famílias contaram com a assistência técnica continuada das ONG's, mas pela vinculação de outros projetos executados nas comunidades, repercutindo positivamente na produção de alimentos pelas famílias beneficiadas. No momento, o programa em si não conta com um trabalho de assessoria continuada para as famílias beneficiárias, em virtude que não dispõem de recursos financeiros para realização.

### **3. Conclusões**

A partir dos resultados e a análise da pesquisa é possível identificar os benefícios que as famílias do segundo grupo obtiveram a partir do acesso à segunda água, e que as famílias do primeiro grupo não obtiveram pela falta de acesso a mesma. Sendo assim, o acesso das famílias à água para o consumo e produção é fundante para que tenham acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para as necessidades, entendendo como direito humano essencial ratificado pela ONU e reconhecido pelo Brasil. Identificando e valorizando o importante papel da ASA como rede que atua na execução e efetivação de políticas públicas para uma construção do desenvolvimento social e humano através da política de convivência com Semiárido Brasileiro, como também do Pernambuco Mais Produtivo.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados como pôde ser observado, ao perceber a melhoria da qualidade de vida das famílias proporcionada pelas diversas repercussões

positivas advindas do acesso à água para produção, seja pelo aumento da renda, pelo acesso à informação, pela participação cidadã, social e política aonde estão inseridas.

Embora seja uma pesquisa em pequena amostra, por se tratar de uma pesquisa inicial, contribuiu evidenciando que existem uma série de benefícios que o acesso à água para produção pode trazer para as famílias contempladas com os programas. Suscitou ainda, o interesse no aprofundamento da mesma, seja a partir da ampliação da quantidade de famílias entrevistadas, seja pela proposta de adequá-la a um projeto de pesquisa que afirme de modo mais categórico a necessidade dessas políticas públicas serem fortalecidas pelos governos e suas instâncias em parceria com outros atores envolvidos, como a ASA.

Com a construção e acesso à essas tecnologias sociais as famílias e comunidades são empoderadas, através da garantia da segurança hídrica, tanto sob ponto de vista do fortalecimento da soberania e segurança alimentar, quanto da possibilidade de aumento da quantidade produzida, maior diversificação e maiores ganhos financeiros as famílias que têm acesso à segunda água conseguem ter uma qualidade de vida melhor, dada as diversas repercussões que essa autonomia econômica, social e política proporciona.

### Referências Bibliográficas

- ASA. **Sobre Nós – História**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em 20 abr 2016;
- ASA. **Programa Uma Terra e Duas Águas**. Disponível em: <[http://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo\\_id=280](http://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo_id=280)>. Acesso em: 27 mai 2016;
- CECOR. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.cecor.org.br/quem-somos-historico.php>>. Acesso em: 30 mai 2016;
- CENTRO SABIÁ. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 30 mai 2016;
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Direito humano à água**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-agua>>. Acesso em: 02 jun 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Direito à água no semiárido**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2015/direito-a-agua-no-semiarido>>. Acesso em: 29 mai 2016;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:

<[http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_metodos\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf)>.

Acesso em: 09 set 2016

EDITORA IABS. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Disponível em:

<[http://www.editoraiabs.com.br/portal/index.php/publicacoes/category/2-](http://www.editoraiabs.com.br/portal/index.php/publicacoes/category/2-desenvolvimentorural)

[desenvolvimentorural](http://www.editoraiabs.com.br/portal/index.php/publicacoes/category/2-desenvolvimentorural)>. Acesso em 01 abr de 2016;

IPEA. **Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do**

Programa Cisternas no semiárido brasileiro. Vitor Leal Santana; Igor da Costa Arsky; Carlos Cleber Sousa Soares. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo34.pdf>>. Acesso em: 19 abr 2016;

MOURA, Ana Sheila Alves. **Políticas Públicas na Gestão de Recursos Hídricos**. In:

EVOCATI Revista nº 62, 2011. Disponível em:

<<http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?>

[tmp\\_page=interna&tmp\\_codigo=465&tmp\\_secao=22&tmp\\_topico=direitoambiental](http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=465&tmp_secao=22&tmp_topico=direitoambiental)>.

Acesso em: 18 abr 2016;

ONU. **O Direito Humano à Água e Saneamento**. Disponível em:

<[http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human\\_right\\_to\\_water\\_and\\_sanitation\\_media\\_brief\\_por.pdf](http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf)>. Acesso em: 03 abr 2015;

REMA BRASIL. **ASA - Sociedade civil na construção de políticas públicas para a convivência com o Semiárido, artigo de Antonio Gomes Barbosa**. Disponível em:

<[http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/suassuna/artigos/asa-](http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/suassuna/artigos/asa-sociedade-civil-na-construcao-de-politicas-publicas-para-a-convivencia-com-o-semiarido-artigo-de-antonio-gomes-barbosa/)

[sociedade-civil-na-construcao-de-politicas-publicas-para-a-convivencia-com-o-semiarido-artigo-de-antonio-gomes-barbosa/](http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/suassuna/artigos/asa-sociedade-civil-na-construcao-de-politicas-publicas-para-a-convivencia-com-o-semiarido-artigo-de-antonio-gomes-barbosa/)>. Acesso em: 18 abr 2016;

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012;

SANTOS, Roseane Moraes. **O Meio Rural Multifacetado: novas ruralidades como**

oportunidade para o desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades rurais do município de Triunfo-PE. 2010. 80 f. Monografia (Graduação) – Bacharelado em Ciências Econômicas –

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Serra Talhada - PE. 2011.

UNICEF BRASIL. **Dia Mundial da Água: Quase 750 milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável adequada**. Disponível em:

<[http://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_29176.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/media_29176.htm)>. Acesso em: 05 abr 2016;

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.**  
– 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012